

ACTA Nº 31

Ao segundo dia do mês de março de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Esta reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Ratificação do regulamento de frequência e avaliação
3. Ratificação do regulamento dos concursos especiais de acesso
4. Balanço do 1º semestre
5. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: António Belo; Carla Vieira; Célia Perry; Cristiana Soalheiro; Jaime Lourenço; Jaqueline Dias; Joana Batista; Joana Tinta Sobreira; João Borrega; João Rosário; Jorge Souto; Jorge Veríssimo; José Diogo Justo; Maria João Centeno; Maria José Mata; Paulo Barbosa; Pedro Caetano Mateus; Pedro Henriques; Rosário Correia; Soraia Agostinho

Não estiveram presentes: Ana Raposo; André Cabral; Filipa Subtil; Filipe Montargil; Gaspar Ribeiro Lança; e Ricardo Rodrigues; que justificaram a sua falta.

Relativamente ao ponto de informações o Presidente referiu que não tinha informações a transmitir, o mesmo acontecendo com os restantes conselheiros pelo que se passou ao ponto 2.

No ponto 2 da ordem de trabalhos o Presidente enquadró o documento enviado, referindo que, relativamente ao aprovado na reunião anterior, havia algumas pequenas correções resultantes da discussão no CTC. Essas correções resultavam de melhorias do texto e não envolviam alteração do articulado no regulamento.

A única exceção prendia-se com o exposto no ponto:

4.4.5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da época de recurso.

Neste ponto, por lapso, é referido “até 5 (cinco) dias úteis antes da época de recurso”, ora tal prazo seria impossível de cumprir para qualquer prova que decorresse no final da época normal de exames. Assim, o novo texto será:

4.4.5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame da unidade curricular na época de recurso.

Relativamente ao ponto:

6.5. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.

foram colocadas algumas dúvidas quanto à legalidade de restringir a descida de classificação no processo de revisão de prova, pelo que foi solicitado que se pedisse apoio jurídico para esta questão.

As restantes correções foram aceites tendo apenas sido introduzido, por sugestão da conselheira Soraia Agostinho, uma alteração nos pontos 15.1

(regulamento do 1º ciclo) e 32.1 (regulamento do 2º ciclo), acrescentando-se no seu final “ em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias”.

Também as alterações constantes dos regulamentos dos regimes especiais de acesso foram aprovadas na totalidade.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, foi primeiro perguntado aos docentes se no âmbito das reuniões das comissões pedagógicas tinham sido detetadas algumas situações anómalas.

De um modo geral foi referido que o 1º semestre decorreu normalmente nas licenciaturas, nos mestrados e nas pós-graduações, sendo apenas referidas algumas questões pontuais como alguns desequilíbrios nas dimensões das turmas na licenciatura de Jornalismo ou dificuldades decorrentes de turmas muito numerosas na licenciatura de Audiovisual e Multimédia.

Da parte dos estudantes, o conselheiro Pedro Mateus referiu que, apesar de não ser objetivo dos estudantes apresentar uma queixa formal, não podiam deixar de expressar insatisfação pelo atraso no lançamento das classificações de Ética e Deontologia do Jornalismo que teve como consequência que os estudantes terão a data de exame já no decorrer do 2º semestre.

O conselheiro Jorge Veríssimo informou que tal se deveu a questões pessoais do docente, e que este tinha informado a Direção das dificuldades que estava a ter para conseguir cumprir o prazo.

O conselheiro Pedro Mateus referiu entender a situação, mas que, ainda assim, deveria ter sido dado essa explicação aos estudantes.

Foi ainda referido um problema com o exame de Edição de Televisão resultante de este ser no último dia da época de exames de recurso, dado que este exame é feito por trabalho, acaba por ser realizado já com as aulas do 2º semestre a decorrer. Foi sugerido que este tipo de exames tivessem uma data anterior.

Relativamente aos assuntos supervenientes foi colocada a questão dos alunos que não conseguem concluir o curso e ficam, por vezes, com apenas uma UC por completar terem de pagar a propina por inteiro ou 60% se conseguirem o estatuto de estudante a tempo parcial.

Foi explicado que tal decorre da lei, a propina é uma taxa associada à matrícula e não depende do número de UC a realizar, a Escola não tem qualquer autonomia para alterar esse procedimento.

A conselheira Soraia Agostinho referiu um problema no mestrado de GERP com estudantes que ficaram com opcionais em horários sobrepostos e que agora não podem mudar por todas as restantes UC estarem lotadas. O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que podiam fazer o pedido diretamente aos docentes e que o facto referido seria tomado em conta.

O presidente do Conselho referiu a situação ocorrida com a UC de Análise Económica nas licenciaturas de Jornalismo e Publicidade e Marketing. O Conselho Pedagógico e a Direção da ESCS receberam diversas queixas, individuais e coletivas, sobre o funcionamento desta UC. No global, estas queixas incidiam sobre a falta de compensação de algumas aulas não dadas, o atraso na divulgação das classificações da primeira prova escrita, e a confusão na divulgação destas, para além de outras situações mais particulares.

No seguimento destas queixas, o Conselho Pedagógico, a Direção da ESCS e os diretores das licenciaturas envolvidas reuniram-se com a docente da UC. Esta reunião não foi muito conclusiva, sendo alguma da informação prestada pela docente contraditória com a informação dada pelos estudantes.

Ainda assim, foi possível aferir que as aulas em falta coincidem com o período de baixa médica da docente, não foi possível saber se houve ou não compensação destas aulas, embora tal compensação não seja obrigatória, as classificações foram entregues muito depois da realização da prova, contudo o regulamento não fixa prazos para lançamento de classificações de provas, apenas para a avaliação final.

O presidente referiu ainda que, apesar das referencias à estranheza pelas classificações obtidas, nenhum estudante tinha apresentado pedido de revisão de prova.

Vários conselheiro intervieram referindo que tinha havido muitas alterações de classificação, algumas delas bastante substanciais. Os conselheiros foram informados que a Escola não tinha oficialmente conhecimento dessas alterações pois no portal apenas são lançadas as classificações finais. Neste sentido, foi pedido que os conselheiros enviassem as várias versões de pautas que lhes foram enviadas.

O presidente referiu, por fim, que o Conselho Pedagógico e a Direção da ESCS continuariam a acompanhar com atenção o funcionamento desta UC para que se pudesse solucionar rapidamente qualquer problema que venha a ocorrer.

A conselheira Joana Batista, a propósito das muitas alterações de nota na UC Análise Económica, referiu que na comissão pedagógica de AM

também foi identificado o mesmo problema na UC ?? do Dr. Paulo Barbosa, bem como algumas alterações no método de avaliação definido no início do semestre. O Presidente referiu que essa, ou outras situações, seriam abordadas na próxima reunião quando se abordassem as situações apontadas nas comissões pedagógicas.

Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 2 de março

O PRESIDENTE CONSELHO PEDAGÓGICO

(António José da Cruz Belo)